**Ministério da Educação
Secretaria de Educação
Profissional e Tecnológica**

**DIRETORIA DE ENSINO DO CAMPUS DE SALVADOR
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

**MARIA CLARA SILVA PINTO
NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS**

**VAZIOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE O CASARÃO DA RUA
SÃO JOSÉ DE CIMA, BARBALHO, SALVADOR**

**SALVADOR
2023**

MARIA CLARA SILVA PINTO
NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS

**VAZIOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE O CASARÃO DA RUA SÃO JOSÉ
DE CIMA, BARBALHO, SALVADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao IFBA-Campus Salvador, como requisito parcial para obtenção do grau de Técnico em Edificações.

Orientadora: Prof.^a Me. Rafaela Lino Izeli

SALVADOR
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
DIRETORIA DE ENSINO DO CAMPUS DE SALVADOR
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO
CIVIL - EDIFICAÇÕES

MARIA CLARA SILVA PINTO
NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS

VAZIOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE O CASARÃO DA RUA SÃO
JOSÉ DE CIMA, BARBALHO, SALVADOR

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Técnico em Edificações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Rafaela Lino Izeli (orientadora) _____
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Salvador

Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida _____
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Salvador

Regina Maria Cunha Leite _____
Doutora em Gestão e Tecnologia Industrial no SENAI/CIMATEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Salvador

IFBA, 05 de dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

A todos nossos familiares que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, a nossa gratidão.

Agradecemos ao Instituto Federal da Bahia, pela oportunidade de fazer o curso;

A Prof. Me. Rafaela Izeli, pela orientação, apoio, confiança e dedicação à elaboração deste árduo trabalho;

Agradecemos a banca analisadora Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida e Regina Maria Cunha Leite;

Agradecemos também a todos os professores e professoras do IFBA, por proporcionarem conhecimento necessário para o processo de formação profissional;

Aos que colaboraram, com a pesquisa, entrevistas e coleta dos dados aqui analisados;

Aos nossos amigos e colegas de turma pela convivência durante os 3 anos de curso.

PINTO, M. C. S; SANTOS, N. P. dos. **Vazios urbanos: Um olhar sobre o casarão da rua São José de Cima, Barbalho, Salvador.** 2023. Trabalho de conclusão de curso (Técnico em Edificações) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Salvador, Salvador, 2023.

RESUMO

A dinâmica urbana contemporânea tem sido caracterizada por um crescimento acelerado das cidades, acompanhado por uma série de desafios relacionados ao planejamento, infraestrutura e uso do espaço. Nesse contexto, os vazios urbanos surgem como elementos de interesse significativo, representando áreas desocupadas ou subutilizadas dentro do tecido urbano. O bairro do Barbalho, situado na cidade de Salvador, não é exceção a esse processo. Este trabalho de pesquisa se dedicou a analisar e mapear a quantidade de edifícios desabitados e/ou desocupados presentes no Barbalho, bem como compreender o processo de arruinamento dos seus casarões, em virtude de sua proximidade com o Centro Histórico de Salvador, área que já sofreu um intenso processo de esvaziamento e deterioração de seus edifícios. Ainda, o presente trabalho traz um olhar sobre o Casarão nº 74, localizado no encontro da Rua São José de Cima com a Travessa Conde da Palma, obtendo como produto final a realização de uma análise de danos do estado atual da fachada do imóvel. Esta pesquisa não apenas identificou as atuais problemáticas acerca da construção localizada no Barbalho, mas também proporcionou uma reflexão que evidencia o descaso com as construções arquitetônicas históricas, aponta as perdas de elementos construtivos e destaca um possível caso de desabamento futuro. A partir da divulgação dos resultados dessa pesquisa, espera-se que seja criado um alerta para os moradores das proximidades das regiões comprometidas e para que haja uma conscientização por parte dos órgãos públicos, enquanto responsáveis pelos casarões, para que cumpram o papel de cuidado com a história da cidade.

Palavras-chaves: Vazios urbanos; Casarões; Ruínas; Barbalho.

ABSTRACT

Contemporary urban dynamics have been characterized by accelerated growth of cities, accompanied by a series of challenges related to planning, infrastructure and use of space. In this context, urban voids emerge as elements of significant interest, representing unoccupied or underused areas within the urban fabric. The Barbalho neighborhood, located in the city of Salvador, is no exception to this process. This research work is dedicated to analyzing and mapping the demand for the number of uninhabited and/or unoccupied buildings present in Barbalho, as well as understanding the process of ruin of its mansions and the proximity of the neighborhood to the Historic Center of Salvador, an area that already suffered an intense process of emptying and deterioration of buildings. The present work aimed to examine the degradation process of mansion n° 74, where Rua São José de Cima meets Travessa Conde da Palma, obtaining as a final product the carrying out of a damage analysis of the current state of the property. This research not only identified the current problems surrounding the construction located in Barbalho, but also provided a solid basis to highlight the neglect of architectural constructions, point out the losses of construction elements and highlight a possible case of future collapse. From the publication of the results of this research, it is expected that an alert will be created for residents close to the compromised regions and for public bodies to raise awareness as they are responsible for the mansions and fulfill their role in caring for public property.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APR – Área de Proteção Rigorosa

BA –Bahia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CHS – Centro Histórico de Salvador

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CODESAL – Defesa Civil de Salvador

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

DACCIVIL – Departamento Acadêmico de Construção Civil

FPACBA – Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

FPC BA – Fundação Pedro Calmon

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OCEPLAN – Órgão Central de Planejamento

PLANDIP – Plano Diretor do Pelourinho

SGDC – Satélite Geoestacionário

SMPDC – Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

SPHAN – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNESCO – A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

% – Por cento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro de risco da CODESAL.....	21
Figura 2: Casarão da Ladeira do Pau da Bandeira.....	22
Figura 3: Imagem do desabamento do casarão tombado pelo IPHAN.....	22
Figura 4: Imagem do desabamento do casarão do Barbalho.....	23
Figura 5: Mapa de delimitação do Centro Antigo de Salvador.....	25
Figura 6: Casarão que posteriormente virou o IFBA.....	26
Figura 7: Edifício do IFBA nos dias atuais.....	26
Figura 8: Conjunto de construções do início do século XX.....	27
Figura 9: Casarão nº 146 que desabou em 2017 na Ladeira da Soledade, em Salvador.....	28
Figura 10: Realização do levantamento.....	29
Figura 11: Realização do levantamento.....	29
Figura 12: Levantamento dos “vazios urbanos” do bairro do Barbalho.....	30
Figura 13: Gráfico referente a entrevista realizada.....	31
Figura 14: Mapa dos edifícios escolhidos.....	32
Figura 15: Edifício abandonado na rua São José de Cima.....	33
Figura 16: Edifício abandonado na rua São José de Cima.....	33
Figura 17: Edifício vazio na rua São José de Cima.....	33
Figura 18: Edifício vazio na rua São José de Cima.....	33
Figura 19: Edifício indefinido na rua São José de Cima.....	34
Figura 20: Edifício indefinido na rua São José de Cima.....	34
Figura 21: Ficha de identificação do relatório técnico do projeto Casarões.....	35
Figura 22: Linha do tempo da evolução da degradação do imóvel.....	36
Figura 23: Linha do tempo da evolução da degradação do imóvel.....	37
Figura 24: Linha do tempo da evolução da degradação do imóvel.....	38
Figura 25: Escoras internas do casarão.....	39
Figura 26: Laje comprometida que será retirada pelo risco de desabamento.....	39
Figura 27: Laje que já foi retirada pela CONDER.....	39
Figura 28: Edificação semelhante ao casarão nº 74.....	48
Figura 29: Casarão com elementos semelhantes ao casarão nº 74.....	48
Figura 30: Fachada atual do casarão nº 74.....	49
Figura 31: Desenho de recomposição da fachada do Casarão nº 74 gerado por aplicativo.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de análise dos danos do Casarão nº 74.....	40
Tabela 2: Análise dos danos - Telhado.....	41
Tabela 3: Análise dos danos - Janelas rasgadas.....	42
Tabela 4: Análise dos danos - Fachada.....	43
Tabela 5: Análise dos danos - Janelas de peitoril.....	44
Tabela 6: Análise dos danos - Porta de acesso.....	45
Tabela 7: Análise dos danos - Parede externa.....	46
Tabela 8: Análise dos danos - Escoras externas.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OS VAZIOS URBANOS.....	12
3. A PRODUÇÃO DE VAZIOS EM SALVADOR.....	14
3.1 Breve contextualização do Centro Histórico de Salvador.....	14
3.2. O arruinação dos seus casarões.....	18
4. O BAIRRO DO BARBALHO.....	23
4.1 Contextualização histórica e geográfica.....	23
4.2 Levantamentos das edificações e transformações.....	27
5. O CASARÃO DA RUA SÃO JOSÉ DE CIMA.....	33
5.1 Análise dos danos.....	38
5.2 Recomposição de fachada.....	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge através da observação do crescente esvaziamento habitacional e das transformações do bairro do Barbalho, localizado na cidade de Salvador, poligonal na qual o Instituto Federal da Bahia está inserido. A partir da percepção da constante prática realizada na capital baiana de deixar os casarões tombados ao esquecimento e sem manutenção, principalmente nas regiões do Centro Histórico e no Centro Antigo de Salvador, percebe-se a importância de estudar e de lançar um olhar crítico de preocupação acerca da quantidade de casarões em ruínas no bairro e nas proximidades.

Esta problemática também está fundamentada na necessidade de um estudo que leve em conta a quantidade de edificações desocupadas e em deterioração no bairro do Barbalho, já que existem pesquisas que mapeiam os vazios urbanos, mas que não contemplam o Barbalho em suas investigações, como é o caso do “Mapa dos imóveis vazios e “carcaças” do Centro Histórico de Salvador (CHS)” realizado pelo grupo Panoramas Urbanos.

A partir dos aspectos mencionados, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: **De que forma as transformações do bairro do Barbalho e o aumento das edificações abandonadas tem contribuído nas dinâmicas do bairro e na mudança da paisagem urbana?**

A fim de se obter uma resposta para tal hipótese foi realizado um conjunto de passos para alcançar o melhor resultado. Fez-se necessário um estudo preliminar sobre a produção de vazios em Salvador e a sua contextualização no Centro Histórico, assim como a análise de casarões que passaram por um longo processo de degradação, tendo como desfecho o desabamento deles. Por fim, foi produzido um mapeamento com a constatação dos edifícios vazios, entrevistas com moradores da localidade para examinar as transformações do bairro, uma análise de danos do Casarão nº 74 atualmente em ruínas localizado no Barbalho e a recomposição imagética de sua fachada.

Uma vez que os casos de desabamento de casarões em ruínas têm sido frequente e a partir da constatação da saída de diversos moradores do bairro do Barbalho, **os objetivos desta pesquisa se concentraram no estudo técnico preliminar do que são os vazios urbanos; no mapeamento de um possível processo de esvaziamento do bairro; e na urgência da necessidade de um alerta para com as construções ricas em elementos arquitetônicos deixados à mercê do tempo possuindo como final**

trágico o seu desabamento, bem como na intenção de chamar a atenção para o descaso de órgãos públicos responsáveis pela manutenção e preservação dessas edificações.

Esta pesquisa se dedica, portanto, em apresentar um estudo que evidencie o processo de esvaziamento e transformação do Barbalho, assim como a promoção de uma reflexão a respeito da perda arquitetônica e dos riscos de deixar os casarões em situação de ruínas.

Acredita-se que o estudo técnico preliminar proposto por esta pesquisa pode fornecer meios para estimulação de uma cobrança para com os órgãos públicos responsáveis por essas construções e proporcionar uma valiosa contribuição para futuros técnicos em edificações que queiram dar continuidade a este tema.

A presente pesquisa está organizada em seis partes principais, sendo elas: Introdução, Os vazios urbanos, A produção de vazios em Salvador, O bairro do Barbalho, O casarão da rua São José de Cima e as Considerações finais. A primeira parte contém a contextualização do tema, as motivações, os problemas, as perguntas de pesquisa e a justificativa. A segunda parte apresenta a explicação do que são os vazios urbanos. A terceira e quarta parte apresentam a contextualização do processo da produção de vazios em Salvador e a história do bairro do Barbalho, bem como os casarões em ruínas dessas localidades, respectivamente. A quinta parte apresenta o objeto de estudo (o casarão nº 74) assim como as suas particularidades e a sétima parte descreve as percepções encontradas com a pesquisa. Por fim, apresenta-se as referências bibliográficas.

2. OS VAZIOS URBANOS

O termo “vazio” deriva do latim *vagus* que significa desocupado, abandonado, ocioso, vago, desabitado, baldio. Nesse sentido, o termo “vazios urbanos” poderia ser compreendido como um espaço urbano que não cumpre sua “função social¹” ou é subutilizado, ou seja, edifícios e terrenos desocupados que podem estar presentes nos centros das grandes e médias cidades brasileiras, sobretudo nas quais os valores da terra

¹ Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando Estatuto da Cidade 27 o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. Como exemplos de espaços que não atendem a função social tem-se, carcaças de imóveis que estão há muito tempo sem habitação.

são altos devido à grande especulação imobiliária e/ou interesse de desenvolvimento de capital através do turismo.

Alguns autores relacionam o “vazio urbano” com o fato de a área ser útil ou não, já que a expressão também pode incluir espaços que possuem edifícios, sob a condição de não estarem sendo produtivos, ou seja, sem qualquer tipo de utilização. Segundo Borde, vazios urbanos são:

[...] terrenos localizados em áreas providas de infraestrutura que não realizam plenamente a sua função social e econômica, seja porque estão ocupados por uma estrutura sem uso ou atividade, seja porque estão de fato desocupados, vazios (Borde, 2006, p.8).

O arquiteto Solá-Morales (1995) estudou os vazios urbanos através de análises fotográficas das cidades de Paris, Berlim, Nova Iorque e Tóquio na década de 1970, mostrando terrenos e edifícios vazios. O autor conceitua o termo através da expressão francesa *terrain vague* devido à grande variedade que a expressão permite ter: *vague* expressa vazio, improdutividade, vago, indefinido, livre de atividades. Para ele, a expressão se refere ao tempo, o encontro do passado com o presente, assim como a identidade e a memória do lugar.

Já para Ebner (1997), “vazios urbanos” é uma das expressões mais utilizadas para definir áreas ociosas em meio urbano. A autora também define esses espaços como terrenos vazios, áreas desocupadas, informando que esses termos vêm acompanhados de outros significados diversos.

Para Portas (2000), “vazio urbano” é uma expressão ambígua. A terra pode não estar vazia, mas estar desvalorizada, porém com potencial para outras utilidades. A transformação dos vazios em oportunidades pode ter impactos positivos, mas também efeitos perversos, se não forem orientados como elementos estratégicos para reestruturação do território urbano ou metropolitano. Para o autor, a falta de planejamento gera investimentos econômicos sem critério, resultando em áreas que não prosperam por não terem vocação para determinada atividade, ou ainda áreas sem “conteúdo social”.

Através da leitura sobre os conceitos e definições de diversos autores, compreende-se que “vazios urbanos” são espaços ociosos, abandonados, que não cumprem sua função social. No contexto da análise dos "vazios urbanos" e de como esses espaços negligenciados podem impactar o desenvolvimento das cidades, torna-se importante observar a conjuntura específica da cidade de Salvador e em como seus

"vazios", atrelados a questões patrimoniais e de interesses turísticos e imobiliários, têm se especializado e afetado a dinâmica urbana da cidade.

3. A PRODUÇÃO DE VAZIOS EM SALVADOR

Para falar de “vazios urbanos” em Salvador é preciso ressaltar também questões relativas à história, ao patrimônio e, sobretudo, à especulação imobiliária e ao turismo. Diante da diversidade de significados que o termo aborda, a pesquisa optou por concentrar a investigação dos “vazios” nos processos que envolvem o abandono e arruinamento de edificações históricas que, quando ociosas, passam a não cumprir sua função social, oferecem riscos à população e afetam a dinâmica urbana da cidade. Questões como estas ficam mais evidentes, principalmente, nos processos que envolvem as transformações pelas quais passaram o Centro Histórico de Salvador e seus bairros circunvizinhos, como segue adiante.

3.1 Breve contextualização do Centro Histórico de Salvador

Nomeada inicialmente como Cidade do Salvador, a cidade localizada na região Nordeste do Brasil foi a primeira capital do país, implementada em 1549 por Thomé de Souza aos moldes portugueses, em uma terra já ocupada por indígenas. Essa cidade formal foi estrategicamente inserida sobre dois planos de uma formação rochosa, o que proporcionou uma divisão urbana “organicamente” organizada em dois níveis.

Isso é devido, de um lado, ao sítio escolhido para a instalação da cidade, acarretando o decurso da história urbana uma especialização das funções que agora é bem nítida: uma Cidade Baixa, próxima ao porto, construída pelo homem na proporção do desenvolvimento do papel portuário e comercial da cidade, e onde se abriga o comércio grossista e "de papéis"; uma Cidade Alta, onde vive a quase totalidade da população e cujo centro dispõe de maior parte do comércio de retalho. Mas é a própria estrutura da vida econômica regional, o contraste entre o poder criador e renovador das atividades abrigadas na Cidade Baixa e a relativa fraqueza das demais atividades sediadas na Cidade Alta, que explica essas diferenças (Santos, 2008, p. 30-31).

A divisão entre Cidade Baixa e Alta é resultado de uma falha geológica, um afundamento de uma faixa de terra de 100 quilômetros na direção norte-sul, que acarreta um desnível em sua topografia. Essa separação foi utilizada estrategicamente para delimitar a funcionalidade de cada parte da cidade: a região do porto reunia as atividades comerciais enquanto a parte elevada do desnível, onde está localizado o

Pelourinho², detinha as principais atividades econômicas, políticas, administrativas e residenciais, por estar localizada em uma posição privilegiada que proporcionava uma melhor proteção e defesa.

A Cidade Alta, ou o que hoje é conhecido como Centro Histórico de Salvador (CHS), passou por diversos processos de transformação ao longo do tempo. O ouro e as pedras preciosas trazidas do Planalto Central, no início do século XVIII, possibilitaram a construção de muitos edifícios luxuosos. A maioria das igrejas que se localizam no CHS, com seus retábulos dourados e notável coleção de imagens barrocas, são dessa época.

Quando a economia açucareira entrou em crise, no final do século XIX, a cidade se manteve intacta. No entanto, na segunda década deste século, com a ampliação do Porto de Salvador e o aumento de seus acessos, surgiu um processo de modernização da metade sul da cidade colonial. A parte norte, que não foi contemplada com os novos meios de comunicação, entrou em um processo lento de empobrecimento e abandono, com a saída de seus moradores para os novos bairros periféricos burgueses da cidade.

Esses acontecimentos colaboraram para o que futuramente iria acontecer com o CHS, um processo de “degradação imposta” através de políticas de revitalização e saída do foco econômico para outras regiões que, por consequência, o tornou marginalizado. As primeiras ações de recuperação da Cidade Alta iniciaram-se em 1967, através da criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (que perdurou até 1980, quando se tornou Instituto) para este fim. Mesmo após 15 anos de movimentações voltadas para o turismo e assistencialismo, os problemas não foram resolvidos.

Em 1977, segundo Bonfim (1994), a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACBA), em colaboração com a OCEPLAN e a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, deu início a estudos abrangentes sobre o centro da cidade. Uma equipe coordenada pela Fundação elaborou o Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP), com o propósito de revitalizar a área, abrangendo melhorias na infraestrutura, restauração de edifícios e considerando a população residente (Bonfim, 1994, p. 57). Em 1978, a FPACBA estabeleceu um convênio com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) para desenvolver uma proposta de “Valorização do Centro Histórico de

² O termo Pelourinho advém do instrumento de punição utilizado pelos colonizadores portugueses, consistia em uma coluna de madeira ou de pedras com argolas disposta em uma praça pública para castigar e torturar os escravos fugidos ou que cometiam algum delito.

Salvador”. Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei Estadual que regulava o tombamento de bens de valor cultural.

Durante os anos 80, o Estado deixou de investir na região e a área administrativa da cidade foi deslocada para o Centro Administrativo da Bahia (CAB), o que acarretou um processo veloz de depredação, tanto social como físico, deixando o CHS atrelado à “marginalidade”. Esta mudança na centralidade da cidade de Salvador na década de 1980 e o surgimento do turismo como uma oportunidade econômica para o Estado da Bahia coincidiu com a redefinição da política de preservação do patrimônio histórico e cultural. O município definiu os limites de áreas de preservação por meio da Lei Municipal 3.289/1983, que estabeleceu a Área de Proteção Rigorosa (APR) com 196,48 hectares e a Área Contígua à APR com 645 hectares. Simultaneamente, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) expandiu a área tombada em 1959 para incluir os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos da Sé e do Passo, reconhecendo, em 1985, o conjunto do Centro Histórico de Salvador como patrimônio da humanidade pela UNESCO.³

Nesse momento, na década de 80, o Centro Histórico foi amplamente divulgado no cenário local, nacional e internacional por meio de uma campanha de marketing extremamente ativa e persuasiva, conhecida como Pelourinho, Patrimônio da Humanidade. Todos são responsáveis pela preservação”. Os recursos públicos, no período de 1969 a 1985, não conseguiram reverter a situação de descaso no centro da cidade, e de acordo com a análise de Sant’Anna (2023), as intervenções realizadas conduziram à transformação do Centro em um destino turístico e cultural, marcadas por mudanças que se iniciaram nos anos 90. Esse processo foi caracterizado por um vibrante movimento cultural afro-brasileiro que injetou vida e vitalidade na região. No entanto, os problemas sociais persistiam em áreas como Maciel, Passo, Saldanha e partes da Barroquinha, onde a interferência física e social era profundamente enraizada (Sant’Anna, 2003, p.45).

A partir dos anos 90, o governo do Estado da Bahia iniciou um grande projeto de recuperação do bairro, incluindo a renovação da sua infraestrutura e a consolidação e adaptação de seus edifícios a funções turísticas. Iniciado em 1991, o “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador” foi uma iniciativa importante que

³ Hoje, essa área abrange 78,28 hectares e se estende desde o Sodré e o Convento de Santa Tereza / Museu de Arte Sacra, ao sul; até Santo Antônio Além do Carmo e sua Fortaleza, ao norte; da falha geológica da Ladeira da Montanha, que se projeta sobre a Baía de Todos os Santos, a oeste; até o vale do Rio das Tripas, também conhecido como Baixa dos Sapateiros, a leste (Fernandes, 2006, p.5).

buscou “revitalizar” a área histórica da cidade, realizado pelo Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (IPAC) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. Os objetivos do programa foram a recuperação e restauração, a sua manutenção de forma contínua e o "desenvolvimento do potencial produtivo da área" (IPAC, 1995).

O Centro Histórico foi subdividido em 5 áreas, com previsão de atividades específicas em cada uma delas. A grande maioria das áreas reservadas foram destinadas para comércio. A recuperação foi planejada em 10 etapas, entre a primeira e a quinta foram recuperados 450 imóveis (BID/IPHAN, Secretaria de Cultura e Turismo, IPAC, CONDER, Governo da Bahia, 1997). De acordo com Sant’anna (2008), em “A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados”, nas seis primeiras etapas, executadas entre 1992 e 1999, cerca de 600 imóveis foram reformados, infraestrutura em rede foi complementada, foram construídos três estacionamentos, nove monumentos tombados foram restaurados e seis praças agenciadas, num investimento de cerca de R\$ 92 milhões - entre obras, indenizações e fiscalização - oriundos quase exclusivamente do Tesouro Estadual.

Contudo, o poder do Estado, que utilizou a propriedade sobre os bens tombados para privatizar o uso do lugar e, futuramente, atender aos interesses da especulação imobiliária, acarretou um grave processo de gentrificação⁴ da área. Nesse sentido, o Estado não só desapropriou a terra, recuperou edificações e transformou os usos do Centro, como também, ignorou e retirou as raízes locais, adulterando as memórias oriundas daquela produção sociocultural, desvalorizando todo processo de criação histórica. Por conta disso Silva, Ferreti e Sette (2008, p. 88), afirmam que:

Com a implementação da política de revitalização houve a higienização de grupos considerados “indesejáveis”. Quanto à criação de paisagens de poder, convém destacar que a maioria dos casarios restaurados foram transformados em lojas de souvenir, bares, restaurantes típicos, galerias de arte, museus, ateliês e casas de espetáculos. Além disso, viu-se que atos desapropriatórios visando à inserção do capital no consumo cultural geraram a exclusão de grande parte da população residente.

A “revitalização”, portanto, levantou significativas preocupações sobre gentrificação. O programa visou restaurar edifícios históricos, promoveu o turismo cultural e criou espaços mais atrativos para visitantes e investidores. Isso pôde trazer benefícios econômicos, como empregos e receitas para a cidade. Contudo, à medida que

⁴ O conceito de “gentrificação” foi definido pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964. Sua primeira definição o abordava conectando às questões referentes ao mercado imobiliário e substituição da classe mais pobre pela nova classe média em Londres, de acordo com Rangel (2015).

o Centro Histórico se tornou mais atraente, os preços dos imóveis tenderam a subir, o que pode afastar os moradores de baixa renda e pequenos negócios.

Ainda, foi evidente a restrição do uso habitacional do CHS através de propostas de intervenções punhadas pela retirada de 2.195 famílias de baixa renda, majoritariamente negras, do bairro do Pelourinho, através de uma estratégia de expulsão desses moradores em função de substituir o uso residencial para uso comercial, de hotéis a restaurantes, destinado às classes altas e médias, de acordo com as informações de Laila Nazem (2011).

Com isso, percebe-se que o processo de esvaziamento do Centro Histórico de Salvador, principalmente no Pelourinho, demonstrava a negligência do governo com o patrimônio histórico, o êxodo da população e a prática recorrente, ainda hoje, de deixar edifícios tombados à mercê do tempo, o que resultou na degradação das estruturas e na subsequente gentrificação da área. À medida que os edifícios históricos foram sendo abandonados e seu valor diminuía, investidores adquiriam essas propriedades a preços extremamente baixos, restaurando-os e adaptando-os para novos usos, tornando o bairro mais atraente para turistas e moradores mais “bem-sucedidos financeiramente”. Embora a gentrificação possa trazer alguns benefícios econômicos, como a “revitalização” da área, traz consigo preocupações sobre o deslocamento das comunidades locais e a perda da autenticidade cultural.

Apesar deste processo já ter sido consolidado no Pelourinho, percebe-se que regiões vizinhas vêm sofrendo as mesmas consequências de uma prática exclusivista. São cada vez mais recorrentes as notícias de casarões históricos que desabaram ou que se encontram em situação de abandono, evidenciando o descaso do poder público com o patrimônio municipal e a continuidade de uma política voltada aos interesses especulativos.

3.2. O arruinamento dos seus casarões

Os casarões existentes no CHS, poligonal tombada como Patrimônio da Humanidade em 1985, são remanescentes da época colonial. Os conventos, igrejas e casarões (ou sobrados) seguiam o estilo arquitetônico tradicionalmente português. Os sobrados eram construções geminadas que acompanhavam o alinhamento da rua, apresentando dois ou mais pavimentos, retangulares, com testada pequena (5 a 8 metros) e grande profundidade (Gordilho, 2008). Em grande parte, as edificações foram originadas a partir dos séculos XVII e XVIII, abrigavam a elite da sede do governo

colonial no Brasil, ou seja, os senhores de engenho, desembargadores e grandes comerciantes, além de servir como o palco de eventos que moldaram a identidade da cidade.

O romance escrito por Gonçalves (2009), “Um defeito de cor”, apresenta a história de uma mulher negra trazida do Benin para ser escravizada na Ilha de Itaparica. Em um de seus trechos ela conta a sua vivência no Pelourinho no século XIX:

Eram grandes os casarões do Pelourinho, todos com muitas janelas e sacadas, onde as famílias se reuniam para assistir aos castigos, como em um teatro. Famílias ricas, de comerciantes ou nobres portugueses, o que acabava dando na mesma coisa, porque, para se ter um título de nobreza, bastava poder comprar. As melhores casas, sobradas de três ou quatro andares, quase grudados uns nos outros, ficavam na parte mais alta do bairro, em um lugar chamado Maciel. Aquele pedaço de bairro tinha herdado o apelido de um rico senhor que começou a construir o maior solar da região no ano de um mil seiscentos e noventa, e só foi terminar vinte anos depois... (Gonçalves, 2009, p. 216).

A partir do século XIX, à medida que a cidade se expandia devido à abertura dos portos e ao consecutivo crescimento comercial, os estrangeiros que se instalaram na cidade trouxeram consigo modos de vida alternativos. A partir desse momento, iniciou-se a procura por propriedades antigas no centro da cidade. No princípio, alugavam moradias por piso: os inferiores eram alugados a preços mais baixos às pessoas menos favorecidas, e os pavimentos superiores eram alugados a preços mais caros às pessoas mais ricas. O subsolo - outrora parte de muitos casarões, aproveitando o terreno acidentado da zona central da cidade, constituído por muitos morros, alguns bastante íngremes - eram reservadas à classe mais baixa, ou seja: ex-escravizados libertos. Dessa forma, a primeira forma de moradia da população economicamente desfavorecida do Centro de Salvador foi nos subsolos dos casarões.

Com as reformas já expostas na década de 90, quarteirões inteiros do CHS foram esvaziados, originando-se uma área focada no turismo, cultura e lazer na qual a função residencial foi eliminada gradativamente. Conforme percentuais estudados, somente 3,1% das edificações do Pelourinho mantiveram o cunho habitacional (Governo, 1997-1998), significando que 95% dos residentes foram expulsos das suas moradias (Uriarte, 2003, p. 79).

Com os processos de transformações que ocorreram no CHS ao longo dos anos, muitos destes casarões, cujas famílias foram expulsas, ficaram abandonados, o que ocasionou na compra desses imóveis e posteriormente no processo de arruinação.

Partindo do pressuposto de que parte significativa dos proprietários de casarões optam por negligenciar a manutenção e conservação desses imóveis, o resultado desse descaso é a deterioração gradual das suas estruturas que, constantemente, atingem um ponto em que a restauração se torna tão cara que, às vezes, é inviável.

Em 2010, o Ministério Público obrigou o IPHAN a criar projetos de escoramentos para os casarões em ruínas que existiam na cidade de Salvador. Os escoramentos inicialmente eram feitos de madeira devido às suas propriedades de resistência e flexibilidade, desempenham um papel crucial na proteção de edifícios históricos contra danos adicionais. A partir da identificação de uma estrutura antiga em risco, o IPHAN e outras organizações de preservação implementavam os escoramentos de madeira para garantir maior estabilidade e segurança dos imóveis antigos. No entanto, além de proporcionarem um suporte com baixa duração e alta manutenção, a população local que ali restava roubava as escoras dos casarões, por isso, o IPHAN mudou o material dessas escoras para o metálico, devido à dificuldade de retirada.

Com o objetivo de minimizar esses danos, identificar construções em deterioração, preservar a segurança da população e atuar de forma preventiva, a Defesa Civil de Salvador realizou um projeto denominado de “Projeto Casarões” que, através de vistorias periódicas, identifica o risco nos diversos casarões de Salvador e encaminha relatório aos órgãos responsáveis pela manutenção do patrimônio cultural, além de notificar os proprietários, quando identificados, para dar ciência do risco e proceder às intervenções necessárias, de modo a minimizar o risco de acidentes e preservar o patrimônio histórico-cultural do município, como também notifica seus ocupantes, para evacuação imediata, no caso de risco iminente. Através desses mecanismos utilizados pelo projeto para a identificação dessas construções, foi constatada a existência de 1555 casarões na mancha de tombamento do CHS.

O Projeto Casarões teve início em 1994 e nos anos de 2004, 2007, 2009 e 2017 sofreu atualizações, sendo que apenas os casarões com solicitações através do SGDC foram vistoriados e cadastrados, sendo atualizados a cada nova solicitação. A partir de 2018, com a nova abordagem do projeto, estão sendo levantados todos os casarões por logradouros, bem como os inseridos nas poligonais do IPHAN e do IPAC. (Codesal, 2021)

A pesquisa identificou que do total de 1965 imóveis examinados (contando os edifícios fora e dentro da poligonal de tombamento), 20% apresentam risco alto ou muito alto de desabamento, sendo que dessa totalidade, apenas 6% não possuem risco iminente.

Figura 1: Quadro de risco da CODESAL.

Casarão		Quantidade	%
Grau de Risco	Sem Risco	125	6%
	Baixo	444	23%
	Médio	1009	51%
	Alto	259	13%
	Muito Alto	128	7%
	Total	1965	100%
Habitação	Ocupado	1689	86%
	Desocupado	276	14%
Está na mancha de tombamento		1555	79%
Não está na mancha de tombamento		410	21%

Fonte: CODESAL, out/2021.

Como exemplo prático de casarões interditados por falta de estrutura pela CODESAL tem-se o imóvel da Ladeira do Pau da Bandeira, que, no ano de 2020, já apresentava riscos iminentes de desabamento, escorado por vigas metálicas oxidadas por conta da exposição ao tempo. Segundo a Companhia, a construção foi adquirida em situação de abandono com o intuito de restaurar e implementar um conjunto habitacional, mas não foi informada a razão do imóvel continuar em estado de degradação mesmo após a desapropriação. Em 18 de abril de 2022 o casarão desabou, interditando parte da Ladeira da Montanha e causando grande repercussão. Segundo nota oficial da prefeitura, o desabamento do casarão foi provocado por “falta de manutenção predial” e a finalização da sua demolição foi realizada pelo proprietário do imóvel.

Figura 2: Casarão da Ladeira do Pau da Bandeira

Fonte: Arisson Marino/CORREIO, 2022.

Figura 3: Imagem do desabamento do casarão tombado pelo IPHAN

Fonte: Paula Fróes/CORREIO, 2022.

Outro exemplo de descaso com imóveis históricos é o “Casarão de 102 anos”, um dos primeiros a ser construído na Rua Professor Viegas, localizado no bairro do Barbalho, condenado pela Defesa Civil no ano de 2017 por conta do risco alto de desabamento.

Esse casarão é monitorado pela Defesa Civil de Salvador, e nós vínhamos acompanhando o estado dele. Nos últimos dias, a situação se agravou muito. As rachaduras na parede quase de um centímetro. Então, o risco iminente estava caracterizado, e carecia de uma medida mais enérgica (Gustavo Ferraz, diretor geral da Defesa Civil).

Foi necessária uma intervenção da CODESAL articulada com os órgãos do SMPDC (dado que consta no “Projeto Casarões”) para a demolição da edificação que já estava com parte da fachada comprometida. A degradação ocorreu por conta do abandono e fatores antrópicos, as quais qualquer construção está suscetível, mas é intensificada quando não existe a devida manutenção.

A CODESAL, o órgão responsável pelo monitoramento do imóvel, informou que o IPAC foi favorável à decisão da demolição da edificação, porém, a corporação estadual por meio de uma nota enviada à imprensa, negou e declarou que a afirmação da Defesa Civil sobre o Instituto ser responsável pelo casarão é “inverídico, ilegal e calunioso” e afirmou que o local onde a construção está localizada não faz parte da área de atuação, devido à região ser considerada como condição ambiental e, portanto, não ser de responsabilidade do Instituto. Segundo o IPAC, em primeiro juízo, o proprietário é quem deveria se responsabilizar pelo imóvel e, em segundo caso, a Prefeitura de Salvador, que é responsável pela ocupação e ordenamento do solo da cidade. Nesta situação, o dono da construção, morador do interior da Bahia, afirmou e apresentou documentos de que não teria condições de arcar com o custo das obras.

Figura 4: Imagem do desabamento do casarão do Barbalho.

Fonte: Bruno Concha/Secom, Jul./2017.

A partir desses exemplos, é possível notar a prática de não manutenção e abandono de diversos casarões que vem sendo realizada na cidade de Salvador, até que estes ofereçam riscos iminentes para a população. Deve-se expor que por muitas vezes esses imóveis são deixados propositalmente para cair em ruínas devido sua boa geolocalização em locais de interesses privados e de alta especulação imobiliária.

4. O BAIRRO DO BARBALHO

Assim como este último caso trazido na seção acima, no Bairro do Barbalho, apesar de não estar inserido na poligonal do CHS, são diversas as situações de abandono de casarões que se pode notar. Pela sua proximidade com regiões extremamente turísticas e que passaram por processos intensos de gentrificação, torna-se importante observar os processos semelhantes que podem futuramente ocorrer no bairro e, sobretudo, chamar atenção aos seus casarões em arruinamento.

4.1 Contextualização histórica e geográfica

Localizado na cidade de Salvador, Bahia, o bairro do Barbalho possui mais de 400 anos de uma rica história com uma grande ligação ao período colonial brasileiro. Sua importância cultural e social, aliada às transformações socioeconômicas pelas quais as proximidades do local passaram ao longo dos anos, o tornam um tema relevante para análise e compreensão do desenvolvimento urbano da região.

Sua origem remonta à existência das terras que pertenciam a Luiz Barbalho Bezerra, capitão pernambucano que se destacou por lutar contra a invasão dos holandeses ao estado e pela realização da maior fortificação da Bahia, o Forte do Barbalho.

Tem formato quadrangular, com cerca de 16 mil m², fora as defesas externas, que desapareceram ao longo dos séculos. Construído em alvenaria de pedra e cal, com um torreão circular e três baluartes nos cantos com guarita nos vértices. Tem portada em tribuna. O muro que cerca o Forte tem, em média, cinco metros de altura, 41 bombardeiras e era circundado por um fosso de 2,5 metros de profundidade. Até meados do século 19, possuía uma ponte levadiça sobre esse fosso. Possui uma monumental cisterna subterrânea, coberta com abóbodas, sob o pátio de armas (Souza; Lima; Correia e Moura, 2012).

O Forte foi construído por volta de 1638, com base na arquitetura militar medieval, partindo da necessidade da existência de um instrumento de defesa territorial. Sua imponência promoveu a proteção do acesso norte da cidade dos ataques e possíveis invasões, juntamente com o apoio do Forte de Santo Antônio Além do Carmo.

Ainda que a edificação constasse no bairro desde o século XVII, os primeiros fragmentos residenciais do Barbalho se iniciaram apenas a partir do século XVIII, com o imponente Solar Bandeira. A ocupação da localidade, até então desabitada, ligou dois outros bairros, a Liberdade e o Santo Antônio Além do Carmo e foi, seguramente, consequência da expansão da cidade para o vetor norte daquele período (Pinto e Mota, 2012).

Ainda que o Barbalho não faça parte do Centro Histórico de Salvador, segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, o local possui o título de Centro Antigo de Salvador, uma área de cerca de 7 km² que engloba 11 bairros da capital baiana em sua extensão territorial como: Centro, Barris, Dique do Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Santo Antônio e Comércio, além do CHS.

Figura 5: Mapa de delimitação do Centro Antigo de Salvador

Fonte: Infocultura, 2008.

Algumas informações sobre o Barbalho podem ser obtidas no Projeto de Mapeamento Cultural do entorno do Instituto Federal da Bahia (IFBA), uma pesquisa imprescindível para a compreensão da história e importância dessa região, realizada por docentes e discentes do campus Salvador. O estudo surgiu com o propósito de produzir um mapa cultural da região identificando locais históricos, indivíduos importantes para a construção da história baiana e memórias das localidades pesquisadas, contemplando 3 bairros: o Barbalho, Lapinha e Santo Antônio Além do Carmo.⁵

No vídeo “Caminhos da Arte/Arquitetura”, disponibilizado no *site* do projeto, os pesquisadores perpassam por alguns dos casarões do bairro. O primeiro casarão exibido no vídeo apresenta um tipo de arquitetura eclética com influência no neoclássico,

⁵ A pesquisa dispõe de diversos acervos em diferentes áreas para cada localidade, o material explora os caminhos culturais da região mostrando onde estão os artistas, quais os tipos de artes são produzidas; sobre a gastronomia no entorno do IFBA, os cenários cinematográficos, a região ser considerada um museu à céu aberto, os eventos colaborativos que promovam a inserção social, sobre a arquitetura local, dando ênfase aos estilos arquitetônicos encontrados no bairro: art. decô, arquitetura tipo chalé e estilo eclético.

construído na década de 120, que, posteriormente, foi demolido para se transformar em uma construção sem nenhum resquício de suas características anteriores, o IFBA.

Figura 6: Casarão que posteriormente virou o IFBA

Fonte: Lessa/SEC BAHIA, 2009.

Fonte: Divulgação/IFBA, 2018.

É exposto também no vídeo um conjunto de três casas, tipicamente no estilo chalé com influência europeia, em que duas delas hoje são pertencentes ao IFBA e encontram-se em um estado avançado de degradação.

Figura 8: Conjunto de construções do início do século XX.

Fonte: Mapa Cultural do IFBA, 2020.

Por este material de pesquisa, pode-se também compreender que o bairro do Barbalho é repleto de edificações antigas e de diferentes tipos de arquitetura, assim como sua região está circundada de locais e construções históricas, como é o caso do conjunto arquitetônico e urbanístico da Soledade. Em 1747 já existiam casas na localidade da Soledade, tendo esta ocupação sido provavelmente motivada pela

presença de um abastecimento de água potável nas proximidades (Fonte do Queimado), bem como pela fundação do mosteiro, que naquela época ainda era o principal acesso norte do período, passagem que ligava as estradas dos Currais Velhos (Barbalho) à zona da Estrada das Boiadas (Estrada da Liberdade). O tombamento do Conjunto arquitetônico da Soledade ocorreu em 1981, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia, abrangendo edificações dos séculos XVIII, XIX e XX. Neste conjunto arquitetônico do bairro da Soledade, presente na cidade de Salvador, consta o Solar Bandeira, Igreja e Convento da Soledade e o Sobrado número 146.

Erguido no século XVIII, o Solar Bandeira pertenceu à família Bandeira, do século XVIII até o século XIX, sendo construído de tijolos maciços numa planta retangular. Em seu jardim pode se observar árvores grandes como a mangueira, coqueiro e o abacateiro, além de bancos para descanso com pedaços de louças que se assemelham a um mosaico.

Erguida ao lado da primitiva capela de Nossa Senhora da Soledade, o Convento foi inaugurado juntamente à Igreja, em 1739, tendo uma torre proveniente do século XVIII, com a fachada atual permeando o século XIX com algumas alterações do século passado.

O que chama mais atenção é o caso desfavorável do Sobrado, resultando em morte. Negligenciado e abandonado, o Sobrado número 146 desabou em maio de 2017, sendo um dos poucos exemplares que possuíam o beiral com telhas de faiança e frontaria azulejada. Há alguns anos se encontrava desocupado, desabou sobre o imóvel 144, situado em uma cota mais baixa da ladeira, resultando na perda dos dois imóveis e ampliação da lacuna já existente do imóvel 142, demolido no século passado.

Figura 9: Casarão n° 146 que desabou em 2017 na Ladeira da Soledade, em Salvador

Fonte: Andréia Silva/ TV Bahia

O bairro do Barbalho, por ser de cunho residencial, conta com a presença de algumas escolas e/ou institutos, que ajudam na retardação do processo de esvaziamento do bairro. Faz-se importante pontuar que com o fechamento do ICEIA (Instituto Central de Educação Isaías Alves) o aumento dos vazios no bairro se agravou, devido a perda de rotatividade de uma grande parcela de estudantes que frequentavam o colégio.

A partir destes estudos e de ser perceptível um recente esvaziamento habitacional do Barbalho, além de um aumento da quantidade de edificações históricas em abandono ou em iminência de queda, a pesquisa voltou-se a um mapeamento destas edificações para a compreensão das transformações pelas quais o bairro vem passando.

4.2 Levantamentos das edificações e transformações

A partir das análises e observações acerca do processo de esvaziamento e arruinamento das estruturas do CHS, percebeu-se a existência de situações semelhantes em regiões que não fazem parte dessa poligonal, mas que sofrem as consequências de seu entorno. Por consequência do foco exacerbado no turismo e lazer em locais tombados, os bairros próximos podem acabar por atribuir transformações futuras semelhantes.

Nesse sentido, propõe-se a realização de um levantamento e mapeamento buscando os edifícios desocupados e casarões em ruínas no bairro do Barbalho. Com um mapa impresso do bairro em mãos, foram percorridas as ruas Professor Palma,

Emilio dos Santos, Estrada da Rainha, Professor Viegas, Aristides Ático, Ladeira do Arco, Dr. José J. Seabra, Monte Castelo, Praça do Barbalho, Rua do Gado, Arthur César Rios, Rua dos Perdões, nos dias 26 e 31 de julho; 18, 24 e 25 de agosto; 18 e 20 de setembro durante os intervalos entre as aulas e parte das férias de julho. Foram anotados no mapa, de forma exploratória, as legendas de cores, as primeiras impressões e os lugares para que se pudesse retornar e confirmar as informações obtidas.

Figura 10: Realização do levantamento

Fonte: Autores, 2023.

Figura 11: Realização do levantamento

Fonte: Autores, 2023.

Com base nas visitas de campo realizadas, foi aplicado um critério de divisão entre três cores diferentes para classificar e distinguir os tipos de utilizações que cada imóvel levantado estava exercendo: ROSA para edifícios desocupados (como aqueles abandonados, em desuso total); VERDE para inabitados (como construções desabitadas, mas com placas de “aluga-se” ou “vende-se”) e AMARELO para os indefinidos (como aqueles exemplares que não se sabe ao certo a definição, de desocupação ou utilização). A condição de desocupado foi evidenciada por meio de conversas com moradores e comerciantes locais.

Figura 12: Levantamento dos “vazios urbanos” do bairro do Barbalho

Fonte: Elaboração própria, 2023

Fundamentado na planta topográfica (instrumento que possibilitou a identificação exata da localização das edificações) as impressões obtidas se baseiam na percepção de um aumento das edificações vazias no bairro do Barbalho. A partir da análise, foram constatados 100 imóveis vazios, sendo 37 casarões desabitados e/ou em ruínas e 56 de casas à venda e/ou alugando que, segundo entrevistas com moradores, se evidenciam pela “falta de segurança e disponibilidade de serviços”. De acordo com o IBGE, em 2010, o bairro contava com mais de 2.900 imóveis. Comparando os dados obtidos no levantamento percebe-se que a porcentagem atual de edifícios vazios é de 3,45%.

Para fim de reconhecimento do bairro, foram realizadas pesquisas com antigos e novos moradores, comerciantes e estudantes do Instituto Federal. Através de um questionário online e entrevistas realizadas presencialmente, 24 pessoas entrevistadas, dessas, somente 66,7% residem no bairro do Barbalho como mostra o gráfico abaixo.

Figura 13: Gráfico referente a entrevista realizada.

Fonte: Autores, 2023.

De modo geral, os entrevistados disseram que a maior parte das mudanças percebidas no bairro foram relacionadas com o desleixo e sucateamento da segurança, o que levou moradores antigos a saírem e procurarem bairros mais estruturados e modernos. No entanto, foram observados contrastes entre algumas entrevistas: enquanto uns negavam as ideias negativas sobre o bairro, comentando ser pacífico e agradável, outros denunciavam questões como o esquecimento e regressão da segurança por parte do governo municipal.

Através dos relatos dos entrevistados, percebeu-se a importância do Instituto Federal da Bahia, na localidade, as quais as residências mais próximas do IFBA tendem a ser mais “conservadas” em relação às que estão à sua margem. Ainda, alguns entrevistados comentaram sobre as quantidades de edifícios abandonados presentes no Barbalho, discutindo muito sobre as futuras utilizações ou sobre quem são os proprietários dos imóveis.

No levantamento realizado, apesar do IFBA ser um ponto focal no bairro, despertou a atenção a quantidade de imóveis classificados na cor ROSA próximos ao Instituto e localizados na rua que leva ao bairro da Soledade.⁶

Um desses exemplos é o Casarão da Rua São José de Cima, encontrado em estado de abandono e degradação há um bom tempo, o qual se tornou foco de análise desta pesquisa. O interesse sobre o Casarão nasceu, sobretudo, pela sua proximidade com o IFBA e pelo fácil acesso ao imóvel conseguido durante a realização dos levantamentos.

Figura 14: Mapa dos edifícios escolhidos.

Fonte: Autores, 2023.

Abaixo tem-se as fotos dos edifícios que estão inseridos no trecho do Barbalho à Soledade para representar cada uma das cores escolhidas.

Figura 15: Edifício abandonado na rua São José de Cima.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 16: Edifício abandonado na rua São José de Cima.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 17: Edifício vazio na rua São José de Cima.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 18: Edifício vazio na rua São José de Cima.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 19: Edifício indefinido na rua São José de Cima.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 20: Edifício indefinido na rua São José de Cima.

Fonte: Autores, 2023.

5. O CASARÃO DA RUA SÃO JOSÉ DE CIMA

No bairro do Barbalho, no encontro da rua São José de Cima com a Travessa Conde da Palma, está localizado um casarão construído no século XIX, inspirado na arquitetura neocolonial presente na época. O edifício que antes dispunha de 3 andares, hoje, em estado de ruínas e em alto risco de desabamento, continua de pé com a sustentação de escoras de vigas metálicas tanto na parte externa como na parte interna.

Para obter dados sobre a edificação, foram realizadas entrevistas com alguns antigos moradores do bairro. Segundo eles, o casarão pertencia a uma família importante, envolvida em questões políticas da época, porém, na década de 30 o imóvel foi vendido por razões desconhecidas. Não se sabe ao certo o que aconteceu com o edifício ao longo dos anos, mas, de acordo com alguns outros entrevistados, o casarão serviu como teatro, escola infantil, e até mesmo um açougue.⁶

⁶ Na tentativa de adquirir mais informações sobre a edificação foi realizada uma visita à CONDER, que alegou ser responsável apenas pela manutenção das escoras e limpeza do casarão - que está sendo realizada até o presente momento - e apontou que o IPAC seria o órgão encarregado pela preservação. No entanto, o imóvel não é tombado e o IPAC não detém informações sobre o edifício em questão. Não foram encontradas fotos ou registros da época em que o casarão era preservado, nem sua verdadeira utilidade.

Durante a pesquisa do casarão em arquivos de domínio público, foi encontrado no relatório técnico do projeto Casarões de 2008, da CODESAL, uma ficha técnica contendo considerações acerca do imóvel.

Figura 21: Ficha de identificação do relatório técnico do projeto Casarões

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO – PRIORIDADE “A”

ENDEREÇO: Rua São José de Cima, 74		BAIRRO: Barbalho	AR: 01	Nº PROCESSO: 8016
Nº PAVIMENTOS: 03	MORADORES: SIM ☐ NÃO ☒	PROPRIETÁRIO: Governo do Estado		
ESTADO ATUAL: Imóvel apresenta fachada frontal com escoramento metálico e de madeira, paredes com fissuras e sem revestimento, fachada do fundo com telhado semi-destruído com risco de desabamento.				
RISCO: Alto ☐ Moradores ☒ Transeuntes ☒ Imóveis vizinhos				
OBSERVAÇÃO: Casarão sob intervenção da CONDER.

Intervenção: Recuperação e complemento do escoramento do imóvel				DATA: 19/08/2008

11
Casarões - Relatório Técnico
Edição Revisada
2008

Fonte: Codesal, 2008.

No entanto, essa foi a única informação que foi obtida durante a procura de material sobre o imóvel. Apesar disso, a ferramenta *Street View* do Google Mapas serviu como uma maneira de perceber a evolução da degradação no casarão. As fotos fazem a construção da linha do tempo desde o ano de 2012 até o ano de 2021, a mais recente atualização da plataforma.

Figura 22: Linha do tempo da evolução da degradação do imóvel.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Figura 23: Linha do tempo da evolução da degradação do imóvel.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Figura 24: Linha do tempo da evolução da degradação do imóvel.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No momento de realização dos levantamentos desta pesquisa, o casarão passava por uma manutenção, realizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano. Para fins de enriquecimento do trabalho foi-se ao imóvel e foi permitida a entrada para registro fotográfico do seu interior. A CONDER, atual responsável pelo edifício, vem realizando a manutenção das escoras metálicas e retirada de partes comprometidas e com risco de desabamento.

Figura 25: Escoras internas do casarão.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 26: Laje comprometida que será retirada pelo risco de desabamento.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 27: Laje que já foi retirada pela CONDER.

Fonte: Autores, 2023.

Como foi possível entender durante a pesquisa, o casarão trabalhado acima representa um vazio urbano. Assim como os vazios urbanos representam espaços inexplorados e subutilizados, as patologias que estão atreladas a eles, representam um

problema muito grande que enfatiza os vazios locais já existentes. Da mesma forma que a revitalização dos vazios urbanos exige um olhar crítico e ação proativa, enfrentar as patologias sociais requer uma abordagem integrada, por isso, a pesquisa deixa as análises realizadas abaixo como um meio de facilitar um possível futuro projeto de revitalização do Casarão nº74.

5.1 Análise dos danos

Os danos que a falta de manutenção e abandono trouxeram ao Casarão são visíveis nas imagens e, além da parte interna, afetam também a fachada do edifício. Nesta subseção serão analisados os danos que a fachada do imóvel sofreu com a ação do tempo e a falta de manutenção.

Ao observar o imóvel, é possível identificar diversas patologias que requerem atenção imediata. Notam-se plantas invasoras crescendo nas fachadas, que sugere a necessidade de um cuidado urgente nas estruturas do edifício. As manchas de mofo indicam possíveis problemas com umidade devido a exposição dos agentes climáticos (chuvas, altas temperaturas, vendavais). As trincas nas alvenarias apontam para movimentações estruturais e lugares que podem vir a desabar logo.

Tabela 1: Tabela de análise dos danos do Casarão nº 74

<h1>Análise de danos</h1>		1
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
<p>A FACHADA DE ACESSO AO IMÓVEL, APRESENTA UMA COMPOSIÇÃO QUE REMETE A UM SOBRADO COM TRÊS PAVIMENTOS, CONSTRUÍDO ESTIMADAMENTE DO SÉCULO XIX. ATUALMENTE, ENCONTRA-SE SUSTENTADO POR ESCORAS DE VIGAS METÁLICAS TANTO NA PARTE EXTERNA QUANTO NA PARTE INTERNA.</p>

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 2: Análise dos danos - Telhado

Análise de danos		2
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
<p>A COBERTURA ESTÁ DANIFICADA, PERMANECENDO APENAS APARENTEMENTE 60% DELA. COM TELHAS CERÂMICAS QUE ESTÃO EM PÉSSIMO ESTADO PELA FALTA DE CUIDADO E O PROCESSO DE ESCORAMENTO QUE AGRIDE AINDA MAIS ELAS. ESTÃO PRESENTES, NO TERCEIRO PAVIMENTO, ESTRUTURAS DECORATIVAS PRESENTES NO ESTILO ECLÉTICO, TENDO UM VALOR AQUITETÔNICO CONSIDERÁVEL.</p>

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 3: Análise dos danos - Janelas rasgadas

<h1>Análise de danos</h1>		3
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
<p>AS ESQUADRIAS DAS JANELAS RASGADAS NÃO EXISTEM MAIS. APARENTEMENTE POSSUIA PEITORIL SACADO OU PEITORIL ENTALADO, PERMANECENDO APENAS O CORDÃO E A SOLEIRA EM ESTADOS DESAGRADÁVEIS. AS JANELAS ESTÃO NUMA ESPÉCIE DE ISOLAMENTO ARGAMASSADO QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE PICHADO.</p>

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 4: Análise dos danos - Fachada

Análise de danos		4
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
<p>AO LADO DA FACHADA HÁ JANELAS DE PEITORIL, ISOLADAS E PREJUDICADAS, COM AS PAREDES AUXILIADAS POR ESCORAS ALTAMENTE DESGASTADAS, ALGUMAS QUEBRADAS E COM O METAL CORROÍDO. ISSO APRESENTA RISCOS CONSIDERÁVEIS. ADEMAIS, AS PAREDES MAIS UMA VEZ APRESENTAM RAÍZES E PLANTAS QUE SE MESCLAM NA PAISAGEM DO SOBRADO, ALÉM DE SER PERCEPTÍVEL A PROXIMIDADE DA FIAÇÃO ELÉTRICA.</p>

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 5: Análise dos danos - Janelas de peitoril

<h1>Análise de danos</h1>		5
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
<p>AS ESQUADRIAS DAS JANELAS DE PEITORIL ENCONTRAM-SE TOTALMENTE DANIFICADAS E ISOLADAS. UTILIZANDO-SE DO AUXÍLIO IRREGULAR DE MADEIRAS HORIZONTAIS TRANSVERSALMENTE ÀS VIGAS METÁLICAS. ALÉM DISSO, ESTÃO COM AS ALVENARIAS CAINDO AOS PEDAÇOS, RAÍZES E PLANTAS SE MESCLAM NAS PAREDES.</p>

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 6: Análise dos danos - Porta de acesso

Análise de danos		6
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
A PORTA DE ACESSO DO IMÓVEL ENCONTRA-SE OBSTRUÍDA COM MATERIAIS APARENTEMENTE DE MDP (PAINEL DE PARTÍCULAS DE MÉDIA DENSIDADE) COM O INTUITO DE IMPEDIR A PASSAGEM DE MORADORES.

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 7: Análise dos danos - Parede externa

Análise de danos		7
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
A FOTO EM QUESTÃO APRESENTA UM BURACO NA PAREDE DA EDIFICAÇÃO, QUE NOVAMENTE, APARENTEMENTE, ESTÁ ISOLADO COM MATERIAIS SIMILARES AO MDP.

Fonte: Autores, 2023.

Tabela 8: Análise dos danos - Escoras externas

<h1>Análise de danos</h1>		8
AUTORES: MARIA CLARA SILVA PINTO; NADYELLE PEREIRA DOS SANTOS		
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ DE CIMA, Nº 74

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA, 2023		
LEGENDA	PLANTA-CHAVE	
<p>NOTA-SE QUE O ESCORAMENTO METÁLICO COM BASE DE CONCRETO, ENCONTRA-SE EM ESTADO DESGASTADO COM AS ESCÓRIAS EM TAMANHOS IRREGULARES, POR CONTA DE POSSÍVEIS QUEBRAS NAS SUAS ESTRUTURAS.</p>

Fonte: Autores, 2023.

5.2 Recomposição de fachada

Com base nos estudos realizados, é notório que os patrimônios arquitetônicos de diferentes épocas fazem parte de uma considerável riqueza de Salvador, da Bahia e do Brasil, que atualmente estão sujeitos ao desaparecimento e às ruínas.

No decurso da pesquisa foram identificadas edificações semelhantes ao nosso objeto de estudo, o Casarão nº 74, já que não existe nenhum registro fotográfico da construção antes do seu processo de degradação. Grande parte das edificações do século

XX apresentam similaridade por se tratar da época em que os princípios de composição do sistema “*Beaux-Arts*” estava em alta, estabelecendo o estilo arquitetônico eclético caracterizado pela simetria dos espaços, valorização da grandiosidade, o destaque para a proporção e a expressividade, aspectos observados no objeto de estudo e em demais construções presentes no CHS.

A produção arquitetônica neocolonial tenta encontrar uma linguagem que possibilite justificar, em bases racionais, o sentimento nacionalista. Para isso, era necessário usar um referencial estético reconhecido pelo povo, que preferencialmente já estivesse, de algum modo, incutido na cultura popular. Certamente essa reminiscência da cultura colonial estava ainda muito presente em Salvador, apesar de se ter procurado muito, durante o século XIX, apagar a imagem de uma cidade colonial, difundindo-se o ecletismo e o gosto por uma vida ao estilo francês, com intenção de torná-la civilizada. (Breitenbach, 2005).

Figura 28: Edificação semelhante ao casarão nº 74.

Fonte: Josevana Bitencourt, 2020.

Figura 29: Casarão com elementos semelhantes ao casarão nº 74.

Fonte: Josevana Bitencourt, 2020.

A partir da observação da fachada atual do casarão nº 74 e da análise das similaridades presentes nessas edificações do Pelourinho, montou-se um desenho com a utilização do aplicativo de inteligência artificial “Dream” para exemplificar como imagina-se que seria a fachada do imóvel antes de sua deterioração. O desenho foi gerado a partir da fotografia do estado atual do casarão (Figura 30) no aplicativo e na descrição escrita da percepção de como seria o exterior do casarão quando ele se encontrava em pleno estado de conservação. A partir desses dois elementos foram geradas inúmeras imagens até se obter o resultado próximo do esperado (Figura 31).

Figura 30: Fachada atual do casarão nº 74.

Fonte: Autores, 2023.

Figura 31: Desenho de recomposição da fachada do Casarão nº 74 gerado por aplicativo

Fonte: Autores, 2023.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, após a apresentação, análise dos dados, referencial teórico, discussão acerca do tema “vazios urbanos” e como impactam o corpo social, torna-se evidente a relevância desse trabalho para a sensibilização acerca do arruinamento e dos perigos ligados aos casarões deixados em situação de ruínas. Fica claro que a coleta e análise de informações pertinentes são essenciais para a validação e comprovação de um possível esvaziamento presente no bairro do Barbalho.

Considerando que o objetivo geral da pesquisa consistiu em mapear a demanda da quantidade de edifícios desabitados e/ou desocupados presentes no Barbalho, compreendendo o processo de transformação e arruinamento dos seus casarões, assim como a proximidade do bairro com o Centro Histórico de Salvador, destaca-se em

análise do fluxo de pessoas, o perceptível processo de esvaziamento e saída de moradores para áreas mais favoráveis.

Os resultados obtidos ao longo deste estudo apontaram para a necessidade de um alerta para com os casarões em estado de deterioração e a importância da devida manutenção e proteção dessas edificações. A análise dos dados de percepção dos moradores do bairro do Barbalho constatou que a desvalorização do local e a alta taxa de imóveis em aluguel/venda pode ser o começo de um lento processo de gentrificação, principalmente por estar localizado em área próxima ao Pelourinho e ao Santo Antônio Além do Carmo. Além disso, o IFBA, tem sido um pilar para sustentar o bairro, devido ao instituto, casas próximas são alugadas para estudantes que moram longe, além de comércios que se instalam em sua proximidade. Nesse sentido, o Barbalho tem apoio forte das escolas, assim desacelerando seu processo de sucateamento que é evidente de acordo com as observações durante essa pesquisa.

Detectou-se, através do mapeamento do bairro do Barbalho e proximidades, que os edifícios em situação mais crítica de abandono estão concentrados numa área mais próxima da Soledade. No que visa às questões dos casarões, é notável que há realmente uma negligência perante os cuidados em relação a desabamento e seus impactos nos edifícios em sua volta, além das pessoas próximas a eles, como por exemplo, o Casarão nº 146 que em 2017 desabou ocasionando a morte de três pessoas da mesma família. Apesar do casarão nº 74 da Rua São José de Cima não estar ocupado ou habitado, ele está localizado numa rua não muito larga, também podendo desabar e ocasionar tragédias semelhantes.

A partir da indagação do estudo **“De que forma as transformações do bairro do Barbalho e o aumento das edificações abandonadas, tem contribuído nas dinâmicas do bairro e na paisagem urbana?”**, foi possível responder e obter dados para evidenciar como as construções em deterioração afetam nas dinâmicas de uma localidade e conseqüentemente na paisagem urbana, com o processo de saída de moradores motivadas principalmente pelo sucateamento do lugar.

Ademais, a pergunta-problema pode ser respondida com base em como os “vazios urbanos” mudam a percepção de uma localidade, muitas vezes estimulando e acelerando o esvaziamento da região, já que os moradores se veem em uma situação de um bairro que não possui estrutura, o que necessariamente não é um fato, mas com as edificações em abandono a visão de falta de estruturação e cuidado é perpetuada.

Com o embasamento desenvolvido ao longo do estudo, torna-se possível o alerta para o cuidado com os patrimônios arquitetônicos, a falta de responsabilidade dos órgãos públicos com os casarões em ruínas e a possibilidade da utilização dos dados coletados na pesquisa para a continuidade do desenvolvimento dessa problemática, assim como na disponibilidade documental para uma possível execução de um projeto de cadastramento e intervenção no Casarão nº 74 da rua São José de Cima.

Através do olhar das “janelas” do Casarão número 74, há a denúncia da falta de atenção ao bem-estar coletivo. Chama atenção para um possível caso de desabamento. Nessa direção de “assassinato” arquitetônico, não se perdem apenas técnicas passadas de azulejaria, nem somente edifícios: perde-se uma memória, nada singular, mas plural, de um lugar que construiu e produziu histórias que são memórias não consideradas.

REFERÊNCIAS

BALTRUSIS, Nelson; NAZEM MOURAD, Laila. *POLÍTICA HABITACIONAL E LOCAÇÃO SOCIAL EM SALVADOR*. Salvador: ADERNO CRH, vol. 27, núm. 71, pp. 267-284, maio/ago., 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8xfyZnjSKxwkHfRPkJrwFnv/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 28 jul. 2023.

BELITARDO, A. O. Pelourinho em Salvador: da arquitetura colonial ao Olodum. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/1001370/o-pelourinho-em-salvador-da-arquitetura-colonial-ao-olodum>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BOMFIM, Juarez Duarte. “Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: O caso do Parque Histórico do Pelourinho, Investigação de originalidade numa ação do governo local”, Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, 1996.

BREITENBACH, S. A PRESENÇA DA ARQUITETURA NEOCOLONIAL EM SALVADOR. Disponível em:

[file:///C:/Users/ASUS/Downloads/1441-Texto%20do%20Artigo-2883-1-10-20070618%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ASUS/Downloads/1441-Texto%20do%20Artigo-2883-1-10-20070618%20(2).pdf). Acesso em: 23 nov. 2023.

Casarão antigo com risco de desabamento começa a ser demolido no Barbalho, em Salvador. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bahia/noticia/casarao-antigo-de-salvador-comeca-a-ser-demolido-no-bairro-do-barbalho.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2023.

Casarão desaba na Ladeira da Soledade, em Salvador. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/06/19/casarao-desaba-na-ladeira-da-soledade.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2023.

Centro Antigo de Salvador: Uma região em debate INFORMATIVO DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA -ANO 1 -No 2 -OUTUBRO DE 2008. [s.l: s.n.]. Disponível em:

http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Miolo_Infocultura_n_02_web.pdf.

Acesso: 11 out. 2023.

CORSO PEREIRA, Gilberto. *Habitação e infraestrutura urbana em Salvador e Região Metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-06.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CORSO PEREIRA, Gilberto. *Vazios Urbanos: mapeamento e classificação da terra urbana em Salvador/BA*. Salvador: Repositório UFBA, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7813/1/vazios%20salvador.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Defesa Civil de Salvador- CODESAL. Projeto Casarões, 2021. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/proj_casarao/Projeto_Casares.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

Entorno do Centro Histórico De Salvador identificação e diagnóstico dos espaços livres nos bairros do Barbalho, Nazaré e Liberdade. Disponível em: <https://silo.tips/download/entorno-do-centro-historico-de-salvador-identificacao-e-diagnostico-dos-espaos-li>. Acesso em: 17 jun. 2023.

GONÇALVES, M. Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Record, 2007.

História de Salvador, Bahia. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/bahia/salvador.htm>. Acesso em: 11 jun. 2023.

HISTÓRICO DE SALVADOR, C. A RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: ORIGENS, SENTIDOS E RESULTADOS o Programa de Recuperação do. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2021/07/3231-7521-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/241/#:~:text=O%20conjunto%20urban%C3%ADstico%20e%20arquitet%C3%B4nico>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LIMA, JOANA ANGÉLICA SANTOS . Um estudo toponímico do Pelourinho. Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras , v. 1, p. 73, 2008.

MENDES, L. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2013.

MENDONÇA DE OLIVEIRA, M. OTEIROS DO PATRIMÔNIO AS FORTALEZAS E A DEFESA DE SALVADOR Fortresses and Defenses of Salvador. [s.l: s.n.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat3_AsFortalezasDefesasSalvador_m.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

MONTOYA, Urpi. *Panoramas Urbanos*: grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Panoramas Urbanos, 2018. Disponível em: <https://www.panoramasurbanos.com.br/>. Acesso em: 08 maio 2023.

PATRÍCIA DA SILVA, Georgia; FIGUEIREDO FERRETTI, Sergio; SETTE, Edileuza. *GENTRIFICAÇÃO E POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS NO BRASIL*: processos que levam ao déficit habitacional. São Luís:

Revista de Políticas Públicas, vol. 12, núm. 2, pp. 83-91, jul./Dez, 2008. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3854/1995>.

Acesso em: 28 jul. 2023

POLEY MARTINS FERREIRA. et al. Frederico. *Relatório Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

Projeto Casarões da Codesal já fez vistoria em quase 2,3 mil imóveis do Centro Histórico. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/projeto-casaroes-da-codesal-ja-fez-vistoria-em-quase-23-mil-imoveis-do-centro-historico-1122>>. Acesso em: 07 out. 2023.

RIOS, Mariana. *Vazio habitado: conheça a história de quatro edifícios abandonados*. Salvador: Correios, 2008. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/vazio-habitado-conheca-a-historia-de-quatro-edificios-abandonados/>. Acesso em: 28 abr. 2023

ROCHA, C. et al. CAMINHOS CULTURAIS: DO IFBA, CAMPUS SALVADOR, AO FORTE DO BARBALHO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139064.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ROCHA, Catiane. *Mapa Cultural*. Salvador: Portal IFBA, 2020. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/cultura>. Acesso em: 26 maio 2023.

RUBIÓ, I. Terrain vague. [s.l: s.n.].

Salvador Cultura Todo Dia. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-area.php?cod_area=3>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana* Milton Santos. - 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. 208 p.; 21 cm. - (Coleção Milton Santos; 13)

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: Os Dois Circuitos Da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5616243/mod_resource/content/1/SANTOS%20C%20Milton.%20O%20Centro%20da%20Cidade%20do%20Salvador%20C%202008..pdf>.

URIARTE, U. M. Por trás das fachadas coloridas: Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). *Ponto Urbe*, n. 7, 2010.

URPI MONTOYA URIARTE. HABITAR CASARÕES OCUPADOS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR, BAHIA, BRASIL: velhos cortiços e novas experiências e direitos. Caderno Crh, 4 nov. 2019.

VALLE, Leonardo. *Como acabar com o déficit de moradias no Brasil?* População que mais precisa foi ignorada pelo Programa Casa Verde e Amarela, dizem especialistas. Guaratiba: Instituto Claro, 2022. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/como-acabar-com-o-deficit-de-moradias-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2023.